

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM PERSPECTIVA: Governança Territorial e Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) na Literatura Brasileira

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16035>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 9/7/2024

Aline Prestes Roque¹; José Marcos Froehlich²;
Flávio Sacco dos Anjos³; Nádia Velleda Caldas⁴

RESUMO

Este artigo aborda o referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como base analítica de estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável, baseadas na sinergia de iniciativas diversas sob a coordenação de uma governança territorial composta por atores públicos, privados e associativos. O estudo tem como propósito analisar a literatura brasileira recente sobre o tema com o intuito de compreender como as configurações de governança territorial podem contribuir ou dificultar o alcance de objetivos na perspectiva da CBST. Para isso, uma revisão sistemática da literatura foi conduzida utilizando o Google Acadêmico como fonte de dados, com análise dos resultados realizada mediante a técnica de análise de conteúdo categorial. Os principais resultados do estudo destacam a importância que a literatura atribui à governança territorial como instância organizativa e institucional mediante a qual atores locais podem agir coletivamente e fortalecer suas estratégias em nome do desenvolvimento territorial. Também identifica, no entanto, sérias dificuldades nos mecanismos de inclusão e participação sociopolítica mais amplas e democráticas, que fragilizam a legitimidade de iniciativas contestatórias e inovadoras em relação ao aparato sociopolítico e institucional vigente.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial; governança territorial; Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

TERRITORIAL DEVELOPMENT IN PERSPECTIVE: TERRITORIAL GOVERNANCE AND BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES (BTGS) IN BRAZILIAN LITERATURE

ABSTRACT

This article addresses the theoretical-methodological framework of the Territorial Basket of Goods and Services (BTGS) as an analytical basis for strategies for sustainable territorial development, based on the synergy of diverse initiatives under the coordination of territorial governance composed of public, private, and associative actors. The study aims to analyze recent Brazilian literature on the topic to understand how territorial governance configurations can either contribute to or hinder the achievement of objectives from the BTGS perspective. To achieve this, a systematic literature review was conducted using Google Scholar as the data source, with results analyzed using categorical content analysis. The main findings highlight the literature's emphasis on territorial governance as an organizational and institutional instance through which local actors can collectively act and strengthen their strategies in support of territorial development. However, the study also identifies serious difficulties in mechanisms for broader and more democratic sociopolitical inclusion and participation, which weaken the legitimacy of challenging and innovative initiatives vis-à-vis the current sociopolitical and institutional apparatus.

Keywords: territorial development; territorial governance; basket of territorial goods and services

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. São Borja/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9076-3922>

² Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6968-8497>

³ Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0582-7627>

⁴ Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0303-0681>

INTRODUÇÃO

Até o início dos anos 70 do século 20 os estudos sobre desenvolvimento negligenciaram a importância do espaço geográfico. Esse tema ganhou relevância a partir de diversas pesquisas que demonstraram que os atores dos territórios marginalizados nos processos de globalização estão gestando alternativas para seu desenvolvimento. Com o acúmulo de evidências, houve um crescente reconhecimento de que o território não é apenas um cenário estático, mas um elemento dinâmico e fundamental para o desenvolvimento (Lacour, 1985).

Em meados dos anos 90 a perspectiva do desenvolvimento territorial passou a incorporar as noções de redes multiatores e de intercooperação, essenciais para apreender a complexa realidade das experiências empíricas. Desde então, o debate sobre território e abordagem territorial do desenvolvimento tem sido recorrente, com diversos autores produzindo reflexões que visaram a aprofundar o tema (Inácio, 2007; Carrière; Cazella, 2007; Cazella; Bonnal; Maluf, 2009; Anjos; Caldas; Froehlich, 2009; Flexor; Benavides, 2009; Froehlich, 2012; Anjos; Aguilar Criado; Caldas, 2013; Dallabrida, 2017; Dallabrida; Rotta; Büttendbender, 2021). Diante, todavia, das constantes evoluções da socioeconomia global, o desenvolvimento territorial continua como uma questão central a ser aprofundada (Pecqueur, 2005; Cazella *et al.*, 2020).

O enfoque teórico-metodológico da CBST surge como uma estratégia coerente no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. A perspectiva da CBST, originalmente desenvolvida na França no início dos anos 2000, insere-se nessa discussão ao enfatizar as estratégias de valorização dos recursos e ativos territoriais por meio de um sistema de boa governança territorial. No contexto brasileiro, autores como Cazella *et al.* (2019), Mello e Froehlich (2019), Cazella *et al.* (2020), Medeiros; Sablayrolles e Cazella (2021) e Prado *et al.* (2022) têm colaborado significativamente com debates sobre a adaptação da CBST às especificidades locais. Além disso, vislumbra-se a importância da abordagem como uma estratégia de desenvolvimento territorial para articular essas iniciativas, destacando também a necessidade de considerar as históricas condições socioeconômicas replicadoras das profundas desigualdades sociais no Brasil (Cazella *et al.*, 2020).

A centralidade dos atores territoriais no processo de desenvolvimento da abordagem da CBST destaca a importância de fortalecer ações articuladas ao território. Nesse contexto, a emergência do tema da governança territorial decorre de debates substanciais e autônomos, que envolvem a articulação de propósitos, argumentos e grupos de atores heterogêneos (Ferrão, 2010). O processo de governança corresponde, assim, ao protagonismo dos atores, historicamente e geograficamente situados, que estabelecem relações entre atores territoriais – sejam políticos, corporativos ou sociais – com o intuito de pactuar, decidir e deliberar sobre interesses coletivos (Dallabrida *et al.*, 2016).

Em termos ideais, a boa governança pode ser entendida como um processo social construtivo, que pode ser estimulado a partir de eventuais modelos considerados exitosos, mas que promovem inovações socioinstitucionais vinculadas às aspirações e configurações territoriais próprias (Cordovil; Ravena, 2023). Decorre deste ideal a importância, já em termos analíticos, de estudos e investigações atuais sobre a emergência e a institucionalização de distintos mecanismos de governança nos diversos contextos territoriais e de eventuais convergências com a noção de CBST. Tais pesquisas têm o potencial de revelar as articulações entre os diferentes atores territoriais na instituição de estratégias ancoradas no reconhecimento e

na valorização dos recursos específicos de cada território. Nesse sentido, as pesquisas sobre governança na perspectiva da CBST ainda são recentes, o que torna esse campo de estudo especialmente relevante.

Assim, o intuito deste artigo é analisar as pesquisas publicadas recentemente na literatura brasileira, com o objetivo de compreender como os mecanismos de governança territorial podem dificultar ou contribuir para alcançar os objetivos estratégicos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) ancorados na noção da CBST. Para tanto, efetuamos uma revisão sistemática da literatura utilizando o banco de dados Google Acadêmico. Baseamos a interpretação dos dados na técnica de análise de conteúdo, visando a identificar os elementos semânticos mais relevantes para o enfoque do nosso estudo (Bardin, 2011).

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção discutimos as estruturas de governança territorial no contexto da CBST. Na segunda apresentamos os percursos metodológicos, detalhando a revisão sistemática da literatura apoiada por pesquisa exploratória, descritiva e análise de conteúdo categorial. Na terceira seção expusemos os principais resultados do estudo, destacando a importância da governança territorial como instância organizativa e institucional que permite aos atores locais agirem coletivamente e fortalecerem suas estratégias em prol do DTS. Por fim, nas considerações finais, ressaltamos as dificuldades destas governanças operarem mecanismos de inclusão e participação sociopolítica mais amplas e democráticas no contexto brasileiro, o que fragiliza a legitimidade de iniciativas contestatórias e inovadoras em relação ao aparato sociopolítico e institucional vigente.

A GOVERNANÇA TERRITORIAL E A ABORDAGEM DA CBST

A abordagem da CBST reconhece que o desenvolvimento socioeconômico não pode ser dissociado do contexto espacial em que ocorre, enfatizando a importância de considerar as especificidades locais, as potencialidades e os desafios inerentes a cada território (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). Essa perspectiva destaca a relevância de uma governança territorial que articule recursos e atores de maneira coesa e estratégica. Segundo Pecqueur (2006), o território pode ser definido como uma construção social de um grupo combinado, muitas vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados. Frequentemente esses recursos estão ligados a um espaço físico bem delineado. A formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico, buscando identificar e resolver problemas comuns.

Pecqueur (2005) detalha essa visão ao distinguir entre territórios dados, cuja delimitação é político-administrativa, e territórios construídos, que emergem dos processos sociais e econômicos específicos. À luz da teoria da CBST, os territórios são entidades socialmente construídas, resultantes de processos particulares de coordenação entre atores públicos, privados e associativos. Embora situem-se sobre uma base física, essas redes de relações sociais podem transpor fronteiras estabelecidas por territórios dados (município, Estado, país), contudo a noção de território dado continua importante nas análises de desenvolvimento, pois esta delimita a abrangência de normas e de atuação de um grupo de atores-chave, os públicos.

Segundo o referencial da CBST, os projetos tendem a ser mais bem sucedidos quando os atores territoriais coordenam esforços para identificar, criar e valorizar os recursos específicos presentes em determinado território. Essa coordenação pode ser mobilizada para ativar recursos territoriais específicos e genéricos. Conforme ressaltado por Cazella; Dorigon e Pecqueur (2022), no entanto, para que esses recursos contribuam efetivamente para o desenvolvimento, não basta apenas vinculá-los ao território; é imprescindível um contexto sociopolítico favorável que possibilite a instauração de um sistema de governança, o que inclui políticas públicas adequadas. Na ausência dessas condições, os recursos não apenas perdem sua territorialidade, mas também podem não ser reconhecidos, nem identificados, deixando latente essa potencialidade passível de acionamento pelos atores territoriais. Pecqueur (2004) argumenta que tais recursos não podem ser plenamente valorizados por iniciativas de atores sociais de outros territórios. Eles se tornam únicos e diferenciados quando uma ação coletiva promove sua metamorfose em algo específico do território, projetando a sua inserção em mercados de nichos e de qualidade.

A cesta é constituída por produtos e serviços oriundos de diferentes lugares de um mesmo território, e seu consumo não é necessariamente simultâneo (Pecqueur, 2006). A hipótese da “cesta de bens” pode ser verificada quando, no momento da aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e determina sua utilidade a partir do conjunto de produtos oferecidos – a cesta. Não se trata de uma simples adição de bens privados justapostos, mas de uma combinação de bens privados e bens públicos, incluindo amenidades ambientais, como paisagens e clima, além de investimentos públicos que permitem a constituição da cesta (Pecqueur, 2006).

A CBST tende a ser fortalecida pela mobilização articulada dos atores públicos, privados e associativos, a partir da identificação coletiva com uma cultura e um território (Pecqueur, 2005). É fundamental, contudo, reconhecer que o território pode ser visualizado como um campo de disputa, no qual os atores buscam, por meio de variados recursos materiais e culturais, imprimir sentidos e interpretações, tomar posições, produzir e legitimar consensos favoráveis a si (Pecqueur, 2006). Assim, o desafio crucial das estratégias de desenvolvimento territorial é a articulação dos diversos atores em projetos que reconheçam e valorizem suas contribuições. A gestão e coordenação de tais ações coletivas é denominada governança, termo que evoluiu de instrumentos empresariais para gestores prestarem contas aos acionistas até representar a coordenação de políticas públicas por meio da participação cidadã e setores corporativos (Pires *et al.*, 2017; Pecqueur, 2005). A governança territorial, conforme conceituada por Dallabrida (2015), é um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que prioriza uma abordagem inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais entre os atores.

A governança territorial é caracterizada como um processo dinâmico que visa à formulação e resolução de problemas organizativos, potencializando ações individuais visando a sinergias. Essa coordenação entre os atores permite identificar recursos latentes e promover uma criação de valor, manifestada pela renda de qualidade territorial. Essa compatibilidade estratégica implica a existência de um compromisso institucional combinado, no qual os parceiros são tanto atores econômicos quanto não econômicos, públicos e não públicos, locais ou não (Pecqueur, 2006).

A reflexão sobre governança territorial deve transcender a mera identificação de fatores facilitadores ou dificultadores. É essencial explicitar os objetivos, resultados esperados e o valor agregado das soluções propostas em qualquer debate sobre o tema (Ferrão, 2010; Dallabrida, 2015). No contexto da CBST, a governança territorial enfatiza a policentralidade das formas de regulação, abrangendo aspectos sociais, culturais e econômicos, transferindo o protagonismo da gestão pública para uma ação pública diversificada e adaptada a cada contexto territorial específico (Campagne; Pecqueur, 2014).

Segundo Cazella (2012), a presença ativa do Estado é fundamental para viabilizar a descentralização da ação. Nos processos de desenvolvimento, os atores públicos assumem um papel central, dada a diversidade de capacidades dos atores para se organizar, estabelecer suas próprias estruturas, instituir normas e solucionar questões locais. Essa dinâmica evidencia a necessidade de uma nova geração de atores sociais e políticos no contexto do desenvolvimento territorial, capazes de aproveitar sinergias materiais e imateriais estratégicas e influenciar as políticas locais (Cazella, 2012).

Em relação aos requisitos para a consolidação desse sistema de governança territorial, as abordagens teórico-metodológicas da CBST destacam o envolvimento de atores públicos, privados e associativos em uma atuação convergente, solidária e equilibrada. Campagne e Pecqueur (2014) destacam quatro condições fundamentais para a construção desse sistema de governança: (i) primeiramente, é necessária uma boa coordenação entre os atores privados para facilitar a identificação de recursos; (ii) em segundo lugar, o papel do setor associativo é crucial para alcançar os compromissos necessários entre os interesses dos produtores privados, especialmente ao elaborar um caderno de normas e delimitar uma área para obter um selo oficial; (iii) a coordenação institucional deve ser convergente quanto à intervenção política, em que as autoridades públicas desempenham um papel significativo de intermediação; (iv) por fim, é necessário um equilíbrio e coerência entre a ação privada, a ação pública e a ação associativa. Assim, a coerência dos laços sociais entre produtos e serviços e a cultura dos lugares torna-se constitutiva do sistema de governança territorial na perspectiva da CBST (Cazella, Dorigon; Pecqueur, 2022).

Dessa forma, os mecanismos de governança no contexto da CBST destacam-se pelo potencial de elucidar as interações entre os diversos atores territoriais e a execução de estratégias que reconheçam e valorizem os recursos específicos de cada território. A governança territorial pode ser entendida como expressão da participação dos atores vinculados à CBST nas tomadas de decisão coletivas quanto às questões relacionadas ao território. Embasada, em sua maioria, em estudos brasileiros, essa problemática será abordada no tópico de discussão de dados, precedida pela exposição dos caminhos metodológicos adotados na pesquisa.

PERCURSO METODOLÓGICO

O delineamento metodológico empregado para a coleta de dados é dual, combinando abordagens qualitativas e quantitativas com um viés exploratório e descritivo. A metodologia central utilizada foi a revisão sistemática de literatura, cujo objetivo é analisar e sintetizar as principais ideias sobre o tema, visando ao avanço dos conhecimentos teóricos e proporcionando importantes contribuições ao promover novas reflexões sobre uma problemática específica (Snyder, 2019). Assim, o estudo está estruturado metodologicamente em fases exploratórias,

descritivas e de análise de dados, utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Dentro das quatro etapas, as três primeiras destinam-se à coleta e seleção dos artigos para análise, enquanto a última etapa apresenta a sistematização dos artigos e a análise dos dados, como ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Etapas da pesquisa: compreendendo fases exploratória, descritiva e análise de dados

Etapa 1 – Fase exploratória – coleta de dados: 59 artigos encontrados na pesquisa sistemática em 18/5/2024	
Expressões pesquisadas	“governança territorial” e “cesta de bens e serviços territoriais”, pesquisadas na íntegra e concomitantemente
Período	Indefinido
Tipo de documento	Artigo
Idioma	Indefinido
Etapa 2 – Fase exploratória – Análise Sistemática Qualitativa	
Após a exclusão de arquivos repetidos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, restaram 18 arquivos pertinentes para a análise.	
Etapa 3 – Fase exploratória e descritiva – Análise Sistemática Qualitativa e Quantitativa	
Leitura dos títulos e resumos dos 18 artigos e exclusão de 7 artigos que não atendem ao objetivo do estudo.	
Etapa 4 – Análise dos Dados - Pesquisa dirigida pelo método de Análise de Conteúdo e definição de Categorias de Análise	
A análise teve como objetivo verificar a importância atribuída pelas pesquisas científicas ao estudo da governança territorial no contexto da CBST, destacando seu potencial para facilitar as articulações entre os diversos atores territoriais e alcançar maior êxito no estabelecimento de estratégias baseadas no reconhecimento e valorização dos recursos específicos territoriais. Para tanto, foram criadas quatro categorias de análise.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2024), a partir do Google Acadêmico.

É importante destacar que, em outros portais de periódicos, como o *Scopus*, foi encontrado apenas um artigo relacionado à temática “Governança Territorial” e “CBST”. A quarta etapa de análise dos dados foi realizada com o uso do método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo uma compreensão sistemática das informações encontradas nos artigos. A partir disso foram definidas categorias de análise para identificar como a literatura brasileira sobre o tema tem abordado os mecanismos de governança territorial na perspectiva das estratégias de desenvolvimento territorial baseadas na noção da CBST, seguindo a análise de conteúdo categorial (Sampaio; Lycarião, 2021), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Contribuições da Governança Territorial para criar estratégias de Desenvolvimento Territorial baseadas na noção de CBST

Categorias de Análise	Descrição
Fortalecimento do Protagonismo dos Atores Sociais	Examina como a governança territorial empodera os atores sociais locais, aumentando sua participação nas decisões coletivas e na gestão dos recursos territoriais.
Estruturas Organizativas e Relações Sociais que Sustentam Estratégias de Governança Territorial	Analisa as inovações introduzidas pela governança territorial que impulsionam o desenvolvimento territorial sustentável.

Valorização Através de Indicação Geográfica ou Outros Mecanismos de Diferenciação da Qualidade Territorial	Investiga como a governança territorial utiliza ferramentas (como indicação geográfica (IG)) para agregar valor aos produtos locais, promovendo a economia.
Integração Social e Fortalecimento da Identidade Territorial	Investiga como a governança territorial promove a coesão social e fortalece a identidade local, contribuindo para um senso de pertencimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As categorias de análise apresentadas revelaram-se fundamentais para a exploração dos resultados da revisão sistemática da literatura. Esse procedimento metodológico viabilizou uma análise aprofundada e estruturada dos dados, desempenhando um papel significativo na compreensão dos fenômenos estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As principais informações dos artigos estão apresentadas no Quadro 2, organizadas de acordo com a ordem de aparecimento no Google Acadêmico.

Dados dos artigos encontrados

Conforme observado no Quadro 2, a produção científica relacionada à governança territorial e à CBST no Brasil teve seu início a partir de 2019, com 2 artigos publicados. O ano de 2022 registrou o maior número de publicações. Nesse ano, o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promoveu um evento *on-line* sobre o tema - I Escola de Verão com foco no “DTS e na formação de agentes de desenvolvimento e CBST”. Além disso, a Revista Raízes publicou um dossiê intitulado “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”, contendo 13 artigos. Destaca-se que 7 artigos da revisão sistemática são oriundos desse dossiê. Sendo assim, a Revista Raízes é o periódico que, atualmente, consta como o que tem mais publicações sobre a temática no Brasil.

Quadro 2 – Artigos codificados na revisão sistemática da literatura

Ordem e título	Periódico	Autores	Ano	Tipo de pesquisa	De onde são?
1 – A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos	Redes	Cazella, A. A. De Paula, L. G. N. Medeiros, M. Turnes, V. A.	2019	Revisão de literatura; Pesquisa de campo	Serra Catarinense, SC, Brasil
2 – A configuração da Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico	Redes	Medeiros, M. Sablayrolles, P. J. L. Cazella, A. A.	2021	Revisão de literatura	Floresta Nacional do Tapajós (Flona), Pará, Brasil.
3 – Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns	Raízes	Milano, M. Z. Cazella, A. A.	2022	Revisão de literatura; Pesquisa de campo	Planalto Norte Catarinense, SC, Brasil

4 – O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	Cazella, A. A. Medeiros, M. Desconsi, C. Schneider, S. De Paula, L. G. N.	2020	Revisão de literatura	Análise da literatura francesa e as pesquisas recentes elaboradas no Brasil.
5 – O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS	Estudos Sociedade e Agricultura	Mello, C. L. Froehlich, J. M.	2019	Revisão de literatura; Pesquisa de campo	Território Quarta Colônia, RS, Brasil
6 – O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense.	Desenvolvimento e meio ambiente	Prado, F. H. Milano, M. Z. Dortzbach, D. Cazella, A. A. Desconsi, C.	2022	Revisão de literatura; Pesquisa de campo	Planalto Norte Catarinense, SC, Brasil.
7 – A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da cesta de bens e serviços territoriais	Raízes	Desconsi, C.	2022	Revisão de literatura	SC, Brasil
8 – O território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica	Raízes	Froehlich, J. M. Roque, A. P.	2022	Revisão de literatura	Território Quarta Colônia, RS, Brasil
9 – A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais	Raízes	Dorigon, C.	2022	Revisão de literatura	Associação dos municípios do Extremos Oeste de SC (Ameosc), SC, Brasil.
10 – A Cesta de Bens e Serviços Territoriais diante da transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial	Raízes	Hirczak, M. Janin, C. Lapostolle, D.	2022	Revisão de literatura; Pesquisa de campo	Coletivos da França, França.
11 – A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região oeste de Santa Catarina	Raízes	Giombelli, G. P. Tecchio, A. Boni, V.	2022	Revisão de literatura; Pesquisa de campo	Cooperativa Crediseara, SC, Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores (2024), a partir da revisão sistemática da literatura.

O pesquisador que mais publicou sobre a temática é A. A. Cazella, com 4 artigos publicados. Quanto ao tipo de pesquisa, 6 são pesquisas de campo e 5 são revisões da literatura. Dos 11 artigos analisados, 1 compara, na pesquisa de campo, dois coletivos da França, 1 realiza uma comparação entre a bibliografia francesa e a mais recente brasileira e os demais apresentam reflexões sobre territórios brasileiros. Destes, 6 são do Estado de Santa Catarina, 2 do Rio Grande do Sul e 1 do Pará.

As categorias de análise foram estabelecidas a partir da revisão sistemática da literatura. Conforme descrito na metodologia, 11 artigos foram selecionados como fontes para a definição dessas categorias, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Contribuições da Governança Territorial para Instituir Estratégias de Desenvolvimento Territorial Baseadas na Noção de CBST

Contribuições da Governança Territorial para implementar estratégias de Desenvolvimento Territorial baseadas na noção de CBST (Categorias de Análises) – Ordem do artigo apresentado no quadro 2.	Autores	Principais temas abordados nos artigos
Fortalecimento do Protagonismo dos Atores Sociais Artigos: 4, 7 e 10.	Cazella, A. A. Medeiros, M. Desconsi, C. Schneider, S. De Paula, L. G. N.	– Adequação do enfoque para a realidade brasileira. – Formação de atores público, privados e associativos.
	Desconsi, C.	– Formação de agentes de desenvolvimento. – Coalizões de atores. – Processo de aprendizagem pedagógicos.
	Hirczak, M. Janin, C. Lapostolle, D.	– Pesquisa-ação. – Inteligência coletiva. – Coabitação entre humanos e não humanos.
Estruturas Organizativas e Relações Sociais que Sustentam Estratégias de Governança Territorial Artigos: 2 e 11.	Medeiros, M. Sablayrolles, P. J. L. Cazella, A. A.	– Produção de novidades. – Conflito entre atores. – Estratégias de comercialização.
	Giombelli, G. P. Tecchio, A. Boni, V.	– Cooperativa de Crédito Rural de Seara. – Fórum de Entidades da Agricultura Familiar.
Valorização Através de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas Artigos: 3, 6 e 1.	Milano, M. Z. Cazella, A. A.	– Indicação Geográfica. – Teoria dos Comuns. – Invisibilidade de Atores.
	Prado, F. H. Milano, M. Z. Dortzbach, D. Cazella, A. A. Desconsi, C.	– Marcas Coletivas. – Indicação Geográfica. – Iniciativas e Espaços de Diálogos Entre Atores Sociais Diversos. – Adaptação da CBST Para a Realidade Brasileira.
	Cazella, A. A. De Paula, L. G. N. Medeiros, M. Turnes, V. A.	– Recursos Genéricos e Ativos Específicos. – Indicação Geográfica. – Turismo Rural.
Integração Social e Fortalecimento da Identidade Territorial Artigos: 5, 8 e 9	Mello, C. L. Froehlich, J. M.	– Artesanato como Expressão Identitária. – Falta de Articulação dos Atores Territoriais.
	Froehlich, J. M. Roque, A. P.	– Dificuldades na Trajetória de Governança. – Turismo, Cultura e Gastronomia.
	Dorigon, C.	– Sítios Simbólicos de Pertencimento. – Potencial das Economias Informais Para Inclusão Social e Combate à Pobreza. – Pesquisa-ação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024), a partir da revisão sistemática da literatura.

Categorias de análise – conteúdo e comentários

A primeira categoria, *Fortalecimento do Protagonismo dos Atores Sociais*, examina como a governança territorial empodera os atores sociais locais, aumentando sua participação nas decisões coletivas e na gestão dos recursos territoriais.

Assim, os estudos de Cazella *et al.* (2020) ressaltam cinco aspectos a serem considerados nesse processo de adaptação da metodologia francesa à realidade brasileira. Três desses processos foram elencados para serem discutidos aqui. O primeiro desafia a constituição de mecanismos que viabilizem a participação de atores sociais não inseridos nas principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas, sejam elas baseadas em circuitos longos ou curtos de comercialização, presentes nos territórios rurais. Outra categoria converge com a primeira, apresentando aspectos relacionados à necessidade de um sistema de governança territorial para que o efeito cesta se torne operacional, abordando com criatividade o domínio da arte de negociação de conflitos, principalmente focados nas cadeias produtivas. Os autores destacam a dificuldade dessa tarefa em um país em que as principais organizações socioprofissionais agrícolas e as políticas públicas agropecuárias priorizam o aumento da produtividade de *commodities*. Além disso, em países marcados por forte diferenciação social, o sistema de governança territorial pode se restringir a produtos emblemáticos, IGs, por exemplo (Cazella *et al.*, 2020).

Na realidade brasileira observa-se uma tendência aos limites na constituição de um sistema de governança territorial complexo que aborde o desafio da inclusão social e a especificação de produtos e serviços complementares. O último aspecto discutido pelos autores consiste na necessidade crescente de investimentos na formação de produtores, prestadores de serviços, agentes de desenvolvimento e consumidores, bem como na promoção de ações coletivas de *marketing* relacionadas aos signos distintivos de produtos e serviços de qualidade territorial (Cazella *et al.*, 2020).

No contexto abordado, a pesquisa de Desconsi (2022) examina a formação de agentes de desenvolvimento sob a ótica da Teoria da Coalizões e da CBST, destacando as nuances e similaridades entre as abordagens. Segundo o autor, enquanto a primeira enfatiza o papel das políticas públicas estatais como protagonistas na redução das disparidades socioespaciais, a segunda enfoca a instituição de iniciativas educativas que promovam diversas formas de colaboração na valorização de produtos e serviços. Nesse sentido, o autor argumenta que o reforço da governança territorial é essencial para potencializar os recursos locais, observando que tal meta pode ser alcançada por meio da capacitação de agentes de desenvolvimento, concebida como um processo pedagógico alinhado à ação coletiva dos atores enraizados no território (Desconsi, 2022).

De forma congruente, o estudo de Cazella *et al.* (2020) também defende a necessidade de um programa de formação destinado a atores públicos, associativos e privados, com o intuito de, progressivamente, instituir sistemas de governança adaptados às particularidades de diversos territórios rurais. Nessa perspectiva, para os autores, as universidades regionais, institutos de educação, associações municipais, consórcios intermunicipais, serviços públicos de pesquisa e extensão rural, bem como associações profissionais, culturais, de lazer e de apoio às micro e pequenas empresas, são identificados como pontos estratégicos a serem mobilizados em prol de ações coletivas. Tais esforços visam a fortalecer o capital cognitivo em torno do DTS, especialmente na perspectiva da CBST.

O estudo de Hirczak; Janin e Lapostolle (2022) investiga o impacto da inteligência coletiva na qualidade territorial, com foco na CBST, em meio às transformações globais. Os autores analisam como a governança territorial questiona a composição de dois coletivos franceses e os processos de tomada de decisão, permitindo que os grupos fortaleçam suas capacidades para influenciar as dinâmicas alimentares territoriais ao articularem suas próprias regras de funcionamento com as realidades externas. Destaca-se também o fortalecimento das capacidades dos atores; dessa forma, a governança territorial emerge como um processo fundamental na formação, valorização e manutenção da CBST. Ela promove métodos de decisão que renovam a construção social da qualidade territorial e impulsionam novas relações entre os indivíduos, o ambiente e os recursos (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022).

A categoria *Estruturas Organizativas e Relações Sociais que Sustentam Estratégias de Governança Territorial* analisa as inovações introduzidas pela governança que impulsionam o desenvolvimento territorial. Medeiros; Sablayrolles e Cazella (2021) apresentam o caso da Floresta Nacional do Tapajós (Flona). Eles destacam a atuação dos associados da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), grupos de artesanato e produção de alimentos, indivíduos mobilizados pelas atividades de turismo comunitário e outras organizações de produtores de bens e serviços com forte identidade territorial.

Para Medeiros; Sablayrolles e Cazella (2021), apesar da valorização dos recursos, é necessário maior atenção aos dispositivos organizacionais que garantam a geração da qualidade territorial, essenciais para a construção de um estilo de desenvolvimento territorial que incorpore os preceitos da CBST. Embora os moradores da Flona adotem e reconheçam as instâncias funcionais de tomada de decisão, as tensões entre comunidades de ribeirinhos e indígenas, populações tradicionais, assentados, moradores da Flona em geral e órgãos públicos gestores da unidade de conservação representam um desafio constante de mediação de conflitos e de mecanismos variados de negociação política.

Nesse sentido, os autores sugerem que a construção e o fortalecimento das identidades territoriais têm o potencial de reunir distintos moradores em torno de valores e orientações compartilhadas. Esse processo pode resultar na formulação de uma instância específica de governança nos moldes preconizados pelo enfoque da CBST, definindo diretrizes a serem adotadas pelos distintos grupos de produtores, assessorados por um conjunto de organizações públicas, para produtos e serviços diferenciados e de qualidade territorial. Embora esse sistema de governança territorial esteja ainda em estágio inicial de construção, já demonstra capacidade de integrar na agenda de discussão o tema da inclusão social de parcelas da população da Flona não integradas nas ações formais de desenvolvimento territorial (Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021).

Giombelli; Tecchio e Boni (2022) analisam como a Cooperativa de Crédito Rural de Seara (Crediseara) impulsiona sistemas alimentares territorializados e promove o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina, Brasil. A Crediseara oferece suporte financeiro e técnico aos agricultores familiares e lidera iniciativas de governança, como o Fórum das Entidades da Agricultura Familiar, promovendo políticas públicas favoráveis à agricultura familiar e à agroecologia.

Os autores argumentam que, ao avançar no sistema de governança, a Crediseara contrapõe-se ao isomorfismo institucional de natureza empresarial presente em muitas organizações cooperativas agropecuárias e financeiras da região. O Fórum serve como um importante veículo

de estratégias para promover a articulação entre os atores. Por exemplo, a campanha Setembro Verde, com debates de diversos conteúdos, aumenta a conscientização da população sobre a importância de organizações atuantes no território. A centralização da articulação do Fórum na Crediseara, no entanto, é vista como problemática, pois cria uma dependência excessiva da cooperativa, necessitando assim de uma maior movimentação coletiva. Outro desafio destacado é a sucessão nas unidades agrícolas familiares, que ameaça a estabilidade desta forma de governança devido às dificuldades de renovação de quadros (Giombelli; Tecchio; Boni, 2022).

Ainda assim, a experiência de governança territorial analisada no artigo apresenta diversas lacunas em relação ao sistema preconizado pela CBST. Uma dessas lacunas é que a maioria das ações e negociações políticas com os agentes públicos ocorre de acordo com os interesses dos atores sociais do município-polo, enquanto as outras municipalidades abrangidas pela Crediseara praticamente não participam das articulações e iniciativas do Fórum. Essa limitação é evidenciada até na denominação da instituição de governança, que menciona exclusivamente o município de Seara, indicando que o Fórum não foi concebido para atuar em uma escala territorial mais ampla, mas sim restrita a um único município (Giombelli; Tecchio; Boni, 2022).

Na terceira categoria de análise, *Valorização Através de Indicação Geográfica ou Outros Mecanismos de Diferenciação da Qualidade Territorial*, investiga-se como a governança territorial utiliza ferramentas como IGs para agregar valor aos produtos locais, promovendo a economia. Milano e Cazella (2022), baseando-se na teoria dos comuns, examinam a governança policêntrica para a metodologia de CBST. Utilizam o exemplo da criação da IG da erva-mate no Planalto Norte Catarinense (PNC), um processo que levou mais de 10 anos. A principal motivação é mostrar que a governança policêntrica, ao valorizar recursos territoriais, é coerente com a perspectiva da CBST e que ações como a criação de IGs podem promover o DTS. Para os autores, a proposta de diálogo entre as perspectivas teóricas dos comuns e da CBST, configura-se como uma inovação no campo teórico-metodológico ligado ao desenvolvimento territorial. Da mesma forma, a compreensão de uma IG como um bem comum e a aplicação dos princípios de governança para essa realidade particular representam uma oportunidade de ampliar a compreensão acerca dos processos de governança das IGs e dos territórios (Milano; Cazella, 2022).

Para Milano e Cazella (2022), o diálogo com o enfoque da CBST revela que a governança territorial, dado seu caráter policêntrico, deve ser analisada à luz dessa complexidade, de forma a conectar múltiplos atores, com múltiplos objetivos e de diferentes níveis de tomadas de decisão. A ação coletiva na constituição da IG Erva-Mate PNC engajou uma série de atores, porém com distintos graus de participação, correlacionados ao nível de acesso à informação e à proximidade geográfica com os atores centrais. O grande número e a heterogeneidade de atores ligados à cadeia produtiva, bem como a grande abrangência territorial, dificultam a circulação de informações, a interação face a face e a percepção de interesses compartilhados, condições importantes para a ação coletiva.

Até o momento, órgãos do Estado desempenharam um papel executor importante, liderando o processo nas questões técnicas e construindo articulações com alguns atores privados e associativos. Sua atuação, entretanto, foi insuficiente em dois aspectos: i) promover a organização e facilitar a efetiva participação de categorias menos organizadas ou com menor poder decisório dentro da cadeia produtiva e ii) coordenar a aproximação entre distintas

iniciativas já existentes de especificação de recursos territoriais em um projeto coerente de DTS (Milano; Cazella, 2022).

Prado *et al.* (2022) analisam como as IGs podem impulsionar o DTS, focando também na IG Erva-Mate do PNC. O estudo revela incertezas entre os atores da cadeia produtiva sobre o funcionamento da IG. Proposta pela Associação dos Produtores de Erva-Mate do PNC (Aspromate), a IG busca melhorar as condições de trabalho e os preços para os agricultores. Os autores sugerem a abordagem da CBST para integrar a IG da erva-mate com outros produtos locais, visando a um DTS mais consistente. Concluem que, apesar do potencial da IG da erva-mate, persistem desafios de governança e articulação de atores, sendo necessárias políticas públicas para adaptar a abordagem da CBST ao contexto brasileiro.

Para os autores, não se trata de desqualificar iniciativas inspiradas em experiências de outros países e continentes, mas de adaptá-las à realidade nacional, evitando a mera cópia de casos de sucesso. Cabe à pesquisa apontar às organizações e profissionais do desenvolvimento as particularidades locais que precisam ser incluídas nas agendas de trabalho (Prado *et al.*, 2022). No caso específico da IG da erva-mate, observa-se um ativo territorial específico que pode ser potencializado com a obtenção desse dispositivo distintivo da qualidade territorial. No PNC, a articulação entre os atores públicos, privados e associativos ainda é um dos maiores desafios para o planejamento do desenvolvimento de base territorial (Prado *et al.*, 2022).

Já Cazella *et al.* (2019) analisam o potencial da Serra Catarinense para desenvolver um sistema baseado na CBST e no reconhecimento de IGs para produtos locais, como queijos artesanais, maçãs, vinhos de altitude, mel de melato da bracatinga⁵ e turismo rural. Para os autores, a motivação principal é explorar como as IGs e o turismo rural podem promover e valorizar esses recursos locais. O estudo ressalta a relevância de promover uma maior integração e cooperação entre os atores locais visando a alcançar um desenvolvimento sustentável e integrado. De acordo com Cazella *et al.* (2019), o turismo rural é identificado como um elemento-chave para conectar e valorizar os recursos territoriais. A pesquisa indica que ao fomentar o turismo rural de forma articulada com as IGs, é possível fortalecer as economias locais, aumentar a visibilidade dos produtos e incentivar a preservação dos saberes e práticas tradicionais do território.

A integração das IGs com o turismo rural não apenas agrega valor aos produtos locais, mas também fomenta um sentido de identidade e pertencimento entre os produtores e a comunidade. O estudo conclui que a criação de um sistema territorial baseado na CBST e no reconhecimento de IGs pode ser uma estratégia eficaz para promover o DTS na Serra Catarinense, desde que acompanhada de políticas públicas que incentivem a cooperação entre os diversos atores envolvidos (Cazella *et al.*, 2019).

Na quarta e última categoria, denominada *Integração Social e Fortalecimento da Identidade Territorial*, explora-se a perspectiva projetiva de como a governança territorial

⁵ Esse tipo de mel é produzido a partir de secreções de partes vivas de árvores de bracatinga (*Mimosa scabrella*), planta nativa de zonas frias do sul do Brasil, que tem sua seiva sugada pelo inseto chamado cochonilha. Esse inseto digere a seiva, eliminando gotas de melato. As abelhas têm nessas gotas de melato um importante alimento para o período de inverno, que é de escassez de outras fontes. Tal processo propicia um mel de qualidade diferenciada, que apresenta um menor teor de glicose, não cristaliza e cuja coloração escura se assemelha ao melado de cana-de-açúcar (Cazella *et al.*, 2019).

poderia promover a coesão social, a partir de um senso de pertencimento que conforma a identidade local, estabelecendo ações coletivas capazes de interferir na dinâmica socioeconômica e política do território e das redes que a configuram, tanto local como globalmente.

Mello e Froehlich (2019) examinam o papel do artesanato na construção da identidade e seu potencial como recurso econômico no território Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, conhecido por sua herança italiana. O estudo propõe a integração do artesanato como um recurso passível de se tornar um ativo territorial, seguindo os princípios da metodologia da CBST, com o respaldo do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus), com o objetivo de fortalecer a imagem e impulsionar o turismo territorial.

Para os autores, apesar de o artesanato ser reconhecido como um recurso territorial importante na Quarta Colônia, sua conversão em ativo não tem recebido investimentos tão efetivos quanto a gastronomia. A ênfase em apenas um ativo, no entanto, enfraquece estratégias mais diversificadas, resultando na perda de repertórios que poderiam ser articulados de maneira complementar. Uma alternativa seria incluir o artesanato em uma oferta conjunta, associada ao ativo de maior expressão, atualmente representado pela gastronomia. Isso contribuiria para a consolidação de uma imagem identitária coletiva para o território, gerando benefícios intersetoriais (Mello; Froehlich, 2019).

Para isso acontecer, todavia, na visão dos autores, a Quarta Colônia precisa avançar na dinâmica política e na gestão de sua governança territorial, envolvendo novos atores e ações em estratégias transversais que valorizem os diversos aspectos do território. Se essa abordagem for orientada pela concepção da CBST, promovendo a cooperação e o protagonismo dos atores sociais na mobilização de suas particularidades territoriais, é possível que os resultados sejam mais significativos para o desenvolvimento territorial (Mello; Froehlich, 2019).

Froehlich e Roque (2022) investigam o desenvolvimento histórico do mesmo território, a “Quarta Colônia”, por meio da abordagem da CBST. O estudo evidencia desafios na governança territorial, especialmente a tendência à concentração de renda entre poucos atores. Para os autores, embora a gastronomia local tenha alcançado sucesso, outros setores não foram igualmente exitosos. Nesse sentido, a governança territorial atual enfrenta dificuldades na mobilização e na conexão entre os diversos atores. Recentemente, tem havido uma mudança de foco para o patrimônio geológico⁶ como recurso territorial, representando um novo enfoque nas estratégias de desenvolvimento em curso (Froehlich; Roque, 2022).

Para os autores, o surgimento de novas dinâmicas territoriais resultou em uma diminuição do dinamismo da ação pioneira (agroindústrias e gastronomia) de desenvolvimento territorial coordenada pelo Condesus. Essas novas iniciativas territoriais levaram à desarticulação dos atores envolvidos com a iniciativa pioneira, o que evidencia a possibilidade de esgotamento de recursos territoriais específicos não devido à escassez do recurso em si, mas sim pela perda de dinamismo da ação coletiva (Froehlich; Roque, 2022).

⁶ O território da Quarta Colônia é uma área em que os elementos da geodiversidade possuem valor considerado excepcional. De acordo com os paleontólogos, nesta região encontram-se os fósseis de dinossauros mais antigos do mundo e uma fauna triássica com aproximadamente 30 milhões de anos. A certificação do Geoparque Quarta Colônia foi concedida em 24 de maio de 2023, pela Unesco, em Paris.

Já Dorigon (2022) apresenta a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc) e identifica recursos e ativos territoriais, destacando produtos típicos e serviços associados ao turismo rural e a circuitos curtos de comercialização, além de atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais. O estudo enfatiza a ação articulada de atores sociais na promoção do desenvolvimento territorial. Dorigon (2022), contudo, observa que ainda há pouca articulação entre essas diferentes iniciativas, resultante da ausência de instâncias efetivas de governança territorial.

Nessa perspectiva, o autor propõe que a abordagem de Sítios Simbólicos de Pertencimento destaque as dinâmicas locais, aproximando-se da CBST, que considera o território como a escala mais adequada para se pensar estratégias relacionadas à governança. Sugere a adoção de métodos participativos, especialmente a pesquisa-ação, para promover uma governança eficaz (Dorigon, 2022). Assim, a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento pode ser vista como um “conceito sensibilizador” para refletir sobre a governança de um determinado território, do qual a CBST seria uma parte constitutiva (Dorigon, 2022).

Síntese dos resultados e comentários adicionais

Os principais pontos destacados na síntese dos estudos ressaltam a importância da governança territorial para capacitar atores locais e fortalecer o capital cognitivo e institucional em torno do DTS. A pesquisa revela que iniciativas de cooperativas e associações possuem potencial significativo para promover o desenvolvimento territorial sustentável, no entanto ainda existem lacunas consideráveis na eficácia dessas iniciativas, incluindo a participação restrita de um espectro mais amplo de municípios membros das cooperativas, mas que não são sede, e a centralização das iniciativas de governança em torno de organizações específicas, o que pode resultar em problemas de dependência e limitar a escala do impacto.

Além disso, o estudo que trata da IG da erva-mate sublinha a necessidade de mecanismos que facilitem a participação de atores sociais não integrados às principais redes sociotécnicas de cadeias produtivas e a operacionalização de um sistema de governança territorial almejado para favorecer a perspectiva baseada na CBST. Dessa forma, é necessário investir na educação de produtores, prestadores de serviços, agentes de desenvolvimento e consumidores, bem como em ações de *marketing* coletivo para produtos e serviços territoriais de qualidade. Os resultados também indicam que a governança territorial aprimora os processos decisórios de grupos coletivos, influenciando positivamente a dinâmica agroalimentar territorial e promovendo novas relações entre indivíduos, o ambiente e os recursos. Considerando, porém, a sofisticação necessária para a atuação em mercados de qualidade, amplamente dependentes de recursos em investimentos financeiros e sociotécnicos, a governança territorial no contexto dos territórios brasileiros necessita de maior apoio das instituições públicas. Esse apoio é crucial para capacitar agentes de desenvolvimento, como pequenas empresas (restauração, turismo, agroindústrias...), agricultores, pessoal técnico de órgãos municipais e consumidores.

Embora não tenha aparecido em nossa busca, outra questão que pode ser um significativo obstáculo para o avanço de projetos com enfoque territorial no Brasil, é a “prefeiturização”, devido à ausência de instituições legalmente habilitadas no pacto federativo para manejar os recursos econômicos necessários em escala territorial. As transformações decorrentes da Constituição de 1988 transferiram diversas competências da União para os municípios. Ainda

que os problemas da municipalização sejam amplamente reconhecidos, os efeitos da “prefeituraização” são ainda mais graves. Esse fenômeno concentra no poder público municipal a solução para problemas locais, resultando em uma disputa constante por recursos escassos entre prefeituras, em vez de estabelecer pactos e fomentar sinergias para objetivos territoriais mais amplos (Anjos; Silva; Caldas, 2020). Tal abordagem é especialmente problemática em regiões com baixa densidade social e produtiva e uma tradição de verticalidade nas relações políticas e socioculturais. Para superar esses desafios é necessária uma governança que transcenda os limites da visão municipalista. Um exemplo inspirador são as mancomunidades na Espanha, que demonstram como a cooperação intermunicipal pode viabilizar projetos territoriais de forma mais eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo sistematizar pesquisas recentes publicadas pela literatura brasileira com foco na governança territorial e na CBST. A análise reiterou que os mecanismos de governança territorial ancorados na noção da CBST são fundamentais para o fortalecimento das estratégias de governança e do protagonismo dos atores sociais locais. Esses mecanismos promovem o empoderamento dos atores locais por meio do aumento da participação nas tomadas de decisão coletivas e na gestão dos recursos territoriais.

A maioria das pesquisas destaca a necessidade de adaptar a metodologia francesa ao contexto brasileiro, abordando desafios como a inclusão de atores sociais marginalizados nas principais redes sociotécnicas e a introdução de sistemas de governança voltados à perspectiva da CBST, por meio da realização de investimentos em educação e ciências. Nesse sentido, ressalta-se a importância da qualificação de agentes de desenvolvimento e do papel das universidades situadas em âmbito territorial, bem como de outras instituições no fomento de ações coletivas para promover o DTS.

Os estudos também evidenciam a necessidade de investimentos contínuos na capacitação de produtores, prestadores de serviços, pessoal técnico de instituições municipais e consumidores, bem como em iniciativas de *marketing* coletivo para produtos e serviços territoriais de qualidade. A governança territorial é considerada fundamental para a formação, valorização e manutenção da CBST, promovendo métodos de tomadas de decisão que renovam a construção social da qualidade territorial e incentivam novas interações entre os indivíduos, o ambiente e os recursos. Embora a governança territorial seja crucial para o desenvolvimento sustentável, ela requer abordagens mais inclusivas e participativas. O fortalecimento das identidades territoriais é sugerido como um caminho para uma governança mais eficaz, no entanto é necessário superar desafios relacionados à participação e à escala das iniciativas de governança.

Destaca-se também a importância da governança territorial para a criação de marcas coletivas com base no território, como as IGs, no contexto do desenvolvimento econômico sustentável, assim como a necessidade de estratégias que articulem produtos locais, turismo rural e políticas públicas para fomentar a cooperação entre os atores envolvidos. Alerta-se para os riscos de um enfoque unilateral e a necessidade de políticas que envolvam múltiplos atores sociais para uma gestão mais equilibrada e sustentável do território, considerando também os desafios contínuos de administrar as tensões entre atores socioterritoriais com interesses diversos. Por fim, identifica-se a existência de sérias dificuldades nos mecanismos de

inclusão e participação sociopolítica mais amplas e democráticas, o que fragiliza a legitimidade de iniciativas contestatórias e inovadoras em relação ao aparato sociopolítico e institucional vigente.

Para superar algumas limitações deste estudo, as pistas indicam que a ampliação do escopo da pesquisa, contemplando plataformas internacionais que abordam o tema da governança territorial relacionada à CBST, pode ser uma estratégia frutífera. Além disso, estudos que analisem o tema da “prefeiturização”, seus impactos e consequências, nas múltiplas configurações das governanças em escala territorial do país, são necessários e podem contribuir para melhor compreender os obstáculos socioinstitucionais e políticos vigentes que dificultam avanços de experiências pautadas nas abordagens territoriais de desenvolvimento no atual contexto do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; FROEHLICH, J. M. As indicações geográficas como instrumento do desenvolvimento territorial. *Agropecuária Catarinense*, v. 22, p. 16-19, 2009.
- ANJOS, F. S.; AGUILAR CRIADO, E.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. *Dados*, p. 207-236, 2013.
- ANJOS, F. S.; SILVA, F. N.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas, capital social e desenvolvimento territorial. *Redes* (Santa Cruz do Sul, on-line), v. 25, p. 322-344, 2020. DOI: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9636>
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. Paris: Editora Charles Léopold Mayer, 2014.
- CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2007.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CAZELLA, A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: FROEHLICH, J. M. (org.). *Desenvolvimento territorial – produção, identidade e consumo*. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. p. 15-52.
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019. DOI: 10.17058/redes.v24i3.14118
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. N. G. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR*, São Paulo. v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez/ 2020. ISSN: 1809-239X
- CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.797>
- CORDOVIL, B.; RAVENA, N. Fatores condicionantes da estrutura da governança: teoria e prática no programa Pará Rural. *Revista Interações*, v. 24, n. 3, p. 863-875, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3782>
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015. DOI: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2015215.04>
- DALLABRIDA, V. MARCHESAN, J.; ROSSETO, A. M.; FILLIPIM, A. S. Governança nos territórios ou governança territorial: distância entre concepções teóricas e a prática. *Grifos*. v. 25 n. 40, p. 43-66, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v25i40.3356>
- DALLABRIDA, V. R. Políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil: aportes para um referencial teórico por meio do aprofundamento da concepção sobre território, governança e desenvolvimento territorial. In: EMMENDOERFER, M. L. (org.). *Organizações públicas, inovações e políticas de desenvolvimento*. Viçosa: IPPDS/UFV, 2017, p. 157-179.

- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6596>
- DESCONSI, C. A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 241-258, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.783>
- DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.782>
- FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. *Prospectiva e Planeamento*, v. 17, p. 129-139, 2010.
- FLEXOR, G.; BENAVIDES, Z. C. Multifuncionalidade da agricultura e diferenciação territorial no sul fluminense: uma perspectiva em termos de cesta de bens. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 193-208, 2009.
- FROEHLICH, J. M. (org.). *Desenvolvimento territorial – produção, identidade e consumo*. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.
- FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. O Território Quarta Colônia sob o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: uma perspectiva histórica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 168-185, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.787>
- GIOMBELLI, P. G.; TECCHIO, A.; BONI, V. A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 186-204, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.780>
- HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A cesta de bens e serviços territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 22-40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.776>
- INÁCIO, H. L. D. *O ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade de Santa Catarina, 2007.
- LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux, ASRDLF, n. 5, p. 837-847, 1985.
- MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. The configuration of the Basket of Territorial Goods and Services as an innovative strategy for Amazonian development. *Redes*, Santa Cruz do Sul (on-line), v. 26, p. 1-20, 2021. ISSN 1982-674. DOI: 10.17058/redes.v26i0.16842
- MELLO, C. I.; FROEHLICH, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. *Estudo, Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2, p. 282-306, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v27n2-3>
- MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da cesta de bens e serviços territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 74-92, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.773>
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique a partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PECQUEUR, B. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les écono mies du Sud. In: BENOIT, A.; FREDERIC, G. (ed.). *Le territoire est mort, vive les territoires! Une (re)fabrication au nom du développement*. Marselha: IRD Éditions, 2004. p. 295-316.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Revista Raízes de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.
- PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, v. 4, n. especial, p. 135-154, 2006.
- PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; FIGUEIRO, W. B. F.; MENDES, E. L. A governança territorial revisitada. *Geografia*, v. 19, n. 41, p. 24-38, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13816>
-

PRADO, F. H.; MILANO, M. Z.; DORTZBACH, D.; CAZELL, A. A.; DESCONSI, C. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, p. 110-133, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.76293 e-ISSN 2176-9109

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. *Análise de conteúdo categorial*: manual de aplicação. Brasília: Enap. 2021.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, v. 104, p. 333-339, 2019.

TORROCO, R. J. Redação de revisões integrativas da literatura: métodos e finalidades. *Revista Internacional de Tecnologia e Educação Vocacional para Adultos*, v. 7, n. 3, p. 62-70, 2016. DOI: 10.55905/oelv21n10-212

Autora Correspondente:

Aline Prestes Roque

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Rua Otaviano Castilho Mendes, 355 - Betim, São Borja/RS, Brasil. CEP 97670-000

aline.roque@iffarroupilha.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

